

DESENVOLVIMENTO RURAL INTERDISCIPLINAR

A IMPORTÂNCIA DA ATER PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO DO SERTÃO OCIDENTAL DE SERGIPE

The importance of ATER to the familiar territory of agriculture of Western "Sertão" of Sergipe

João Ernandes Barreto Nascimento¹

Fernanda Viana de Alcantara²

José Eloízio da Costa³

Marcelo Alves Mendes⁴

RESUMO

O objetivo do presente trabalho consiste em destacar a importância da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública para o desenvolvimento da agricultura familiar do Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Além da fundamentação teórica, resalta-se a coleta de dados secundários no IBGE, Censos Agropecuários e a realização de pesquisas de campo no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, com a aplicação de 60 questionários (em três dos seus 19 municípios), assim como entrevista realizada com a principal entidade responsável pela ATER em Sergipe, a EMDAGRO. Também foram realizadas entrevistas com alguns secretários de agricultura municipais, representantes de associações e uma empresa de ATER privada. Foram esses os principais caminhos identificados para analisar os desafios e as perspectivas que envolvem a efetividade da ATER pública como uma estratégia capaz de avançar o desenvolvimento no recorte espacial analisado. É possível afirmar que a ATER

¹ Geógrafo licenciado pela Universidade Federal de Sergipe. Mestrando em Geografia (bolsista da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UESB), vinculado ao Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGeo/UESB. Endereço eletrônico: joaoernandesbarreto@hotmail.com

² Professora doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Endereço eletrônico: nandanpgeo@yahoo.com.br

³ É graduado em Geografia - Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Sergipe, e também graduação em Direito, pela mesma instituição (2001). É Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (1992) e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - Campus de Rio Claro (1999) na área de concentração Organização do Espaço. É Professor Associado IV do Departamento de Geografia e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Endereço eletrônico: eloizio.npgeo@gmail.com

⁴ Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (2002), mestrado (2005) e doutorado (2012) em Geografia Agrária e Regional pela UFS. É professor adjunto IV no curso de Geografia (DGEI/UFS). Endereço eletrônico: marcelomendesufs@gmail.com

pública constitui-se como uma ação que enfrenta grande dificuldade em atender um público considerável de agricultores. Mesmo diante do reconhecimento da sua importância para a efetivação de ações de desenvolvimento rural, percebe-se que o quadro de funcionários e o poder de articulação entre os atores do território em questão atuam como obstáculos para agricultores familiares do território. Ainda assim, quando comparam-se os receptores de ATER com o grupo que não a recebe, verifica-se melhores índices socioeconômicos, o que destaca a importância de se ampliar a ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe.

Palavras-chave: Agricultura familiar. ATER. Inserção produtiva

ABSTRACT

The purpose of this study is to highlight the importance of Technical Assistance and Rural Extension (ATER) for the development of family farming in the territory of the Western "Sertão" of Sergipe. In addition to the theoretical foundation, the collection of secondary data in the IBGE, agricultural Census and conducting field research in the territory of the Western Hinterland of Sergipe, with 60 questionnaires (in three of its 19 municipalities), as well How to interview conducted with the main entity responsible for the ATER in Sergipe, EMDAGRO. Also conducted interviews with some municipal agriculture Secretaries, representatives of associations and a company of private ATER. These are the main ways identified to examine the challenges and perspectives involving the effectiveness of the ATER as a strategy capable of leveraging the clipping space development. It is possible to affirm that the public ATER is an action that faces great difficulty meeting an audience of farmers. Even before the recognition of your importance to putting rural development actions, the staff and the power of articulation between the actors of the territory concerned act as obstacles to family farmers in the territory. Still, when you compare the ATER with the group that did not receive, better socio-economic indices, which highlights the importance of enlarging the ATER in the territory of the Western "Sertão" of Sergipe.

Keywords: Family agriculture. ATER. Productive insertion.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute importância da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a agricultura familiar, destacando as transformações recentes no rural brasileiro, a sua relação com o urbano e a participação do Estado nesse processo a partir de ações para o reconhecimento e/ou concretização desse cenário. Aliado a isso, é feita a análise em torno da diversidade desse “novo rural brasileiro”, reconhecendo a importância das políticas públicas para a ampliação das

possibilidades das famílias inseridas em espaços mais dinâmicos do ponto de vista econômico e, também, para a inserção das famílias mais pobres, nesse novo circuito de possibilidades, entendendo a pobreza como um dos fatores que determinam a capacidade de cada indivíduo (ou família) em tomar decisões na sociedade capitalista. Neste trabalho, discute-se os principais desafios e perspectivas das políticas públicas para esse rural tão diversificado e heterogêneo. Toma-se a ATER pública

como o principal foco da discussão, reconhecendo-se que essa política pública é o principal elo de articulação de políticas sociais para o rural e que, conseqüentemente, busquem o desenvolvimento territorial por meio do fortalecimento social das famílias rurais, do apoio à comercialização e à produção de alimentos.

O trabalho em tela também visa discutir a relação existente entre a ATER e o desenvolvimento para as famílias do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, compreendendo as principais questões evidenciadas em campo e que são capazes de indicar caminhos para o desenvolvimento das famílias assistidas pela ATER. Observa-se que quatro pontos são considerados pelo estudo como chave

para o desenvolvimento dessas famílias: as políticas públicas, o apoio à produção e à comercialização agrícola, o incentivo à diversificação dos rendimentos e a participação social.

Por isso, destaca-se a importância da ATER pública para a agricultura familiar do Território do Sertão Ocidental de Sergipe (Figura 1), partindo da análise das perspectivas produtivas das famílias assistidas, ou não, pela ATER, e percebendo a importância dessa política para a inserção, ou não, dos produtos agrícolas dessas famílias. No entanto, verifica-se que os serviços de ATER pública ainda são restritos e sofrem com o quadro deficitário de técnicos e com a dificuldade de diálogo entre os atores.

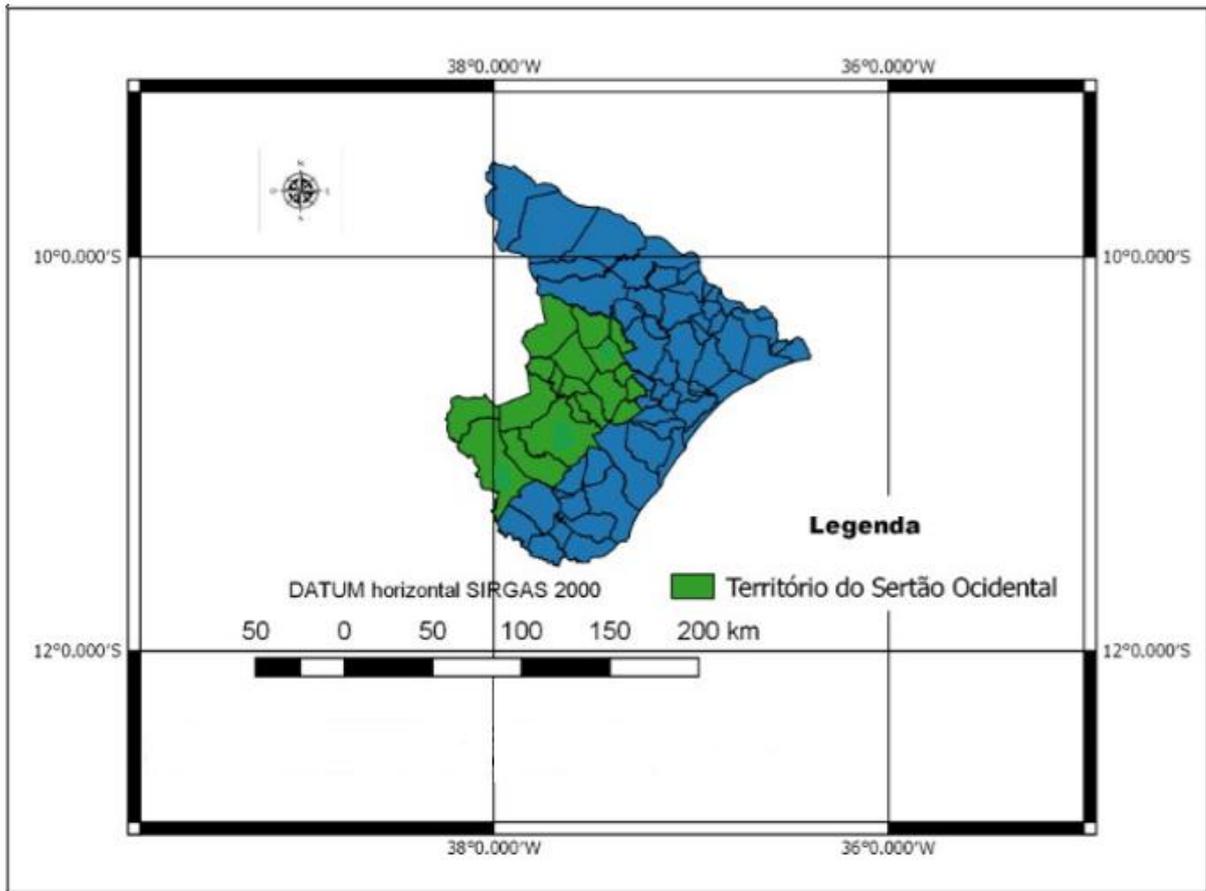


Figura 1: Localização da área de estudo no estado de Sergipe.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2017.

Organização: João Ernandes. Novembro de 2017.

É consenso entre os estudiosos que o meio rural brasileiro vem passando por transformações, tais como a disseminação da tecnologia (Buainain, 2014) e a incorporação de novos mercados de trabalho (Garcia, 2014), fazendo-se necessário ampliar o olhar e o debate em torno das questões que envolvem o fortalecimento da agricultura familiar, principalmente após a parte final do século XX. Sendo assim, a agricultura familiar brasileira apresenta complexidade, principalmente, devido à diversidade

presente não apenas no meio rural, mas, também, nas áreas urbanas, as quais acabam influenciando de forma direta ou indireta as atividades e a forma de se organizar das unidades familiares rurais. Conseqüentemente, as discussões sobre o fortalecimento da agricultura familiar envolvem diversas questões e conseqüências em torno da pobreza rural, da geração de renda e da (i)racionalidade econômica dos agricultores (em relação aos mercados), além da inserção tecnológica nas unidades familiares,

influenciadas, também, pela relação rural/urbano para compreensão das atividades agrícolas e/ou não agrícolas presentes no novo rural brasileiro.

É a partir do final do século XX, com o surgimento de novas demandas e atividades ocupacionais no meio rural, que o agricultor deixa de dedicar-se exclusivamente às atividades agrícolas e passa a diversificar o trabalho dentro da unidade familiar. Ao mesmo tempo, vale ressaltar que as condições de reprodução das unidades familiares estão associadas às condições de vida de cada contexto social no qual as famílias estarão inseridas.

Com base em Mendes (2013), é possível afirmar a importância de resgatar e estimular a produção, a comercialização e, conseqüentemente, a geração de renda para a agricultura familiar. Caso contrário, os problemas sociais deixarão de ser rurais e os urbanos aumentarão. Nesse sentido, a alta parcela da população com baixo nível de instrução é um fato que acaba dificultando não apenas a vida dos agricultores familiares, mas, também, a permanência do jovem, que acaba enfrentando um cenário com poucas opções e sendo obrigado a sair do meio rural em busca de maiores oportunidades e melhores condições de vida.

Destaca-se, então, a relevância do enfoque da diversificação produtiva, da renda no meio rural e de sua relevância social, que, conforme Mendes (2014), tornaram a pluriatividade uma das alternativas para a agricultura familiar nos países do eixo central da economia capitalista e, posteriormente, na América Latina e nos países em desenvolvimento. A partir do desencadeamento de atividades não agrícolas no meio rural, as famílias de agricultores tiveram que reestruturar o modo de produzir e de trabalhar, tendo em vista que ao menos um membro da família passou a exercer atividade laboral fora da unidade que forma o núcleo familiar. Por isso, a pluriatividade pode ser considerada como uma importante estratégia para o fortalecimento das políticas públicas. Para Schneider (2006), as famílias pluriativas apresentam tendências que potencializam a vida social dos agricultores familiares. Assim, o incentivo à pluriatividade e o fortalecimento de políticas públicas como a ATER podem ser consideradas importantes estratégias de desenvolvimento rural, tendo em vista a importância da diversificação da economia rural com a emergência de novas atividades agrícolas e não agrícolas aliada à dominação do processo produtivo por parte dos agricultores familiares assistidos.

É a partir desses aspectos que o presente trabalho busca destacar a relevância de políticas públicas como a ATER, principalmente, para familiares pobres, como é o caso do Nordeste. Entende-se que essa ação, desde que seja aliada a políticas sociais e de incremento da comercialização, é capaz de fortalecer as famílias assistidas e alavancar o desenvolvimento rural. Para tanto, o presente artigo, além da introdução e apresentação dos procedimentos

metodológicos, apresenta uma discussão sobre a necessidade de que a ATER seja alavancada a partir da conexão com outras políticas públicas, destacando os desafios que atuam como obstáculos para desenvolvimento rural. Na seção posterior, são discutidos os fatores que caracterizam a efetividade da ATER pública no recorte analisado, chamando a atenção para a importância da disseminação dessa política como uma ação capaz de apoiar a inserção produtiva dos agricultores assistidos.

2. PROCEDIMENTO TÉCNICOS E METODOLÓGICOS

Para a construção do trabalho em discussão, destaca-se a realização de levantamento e revisão da literatura, atentando para as discussões referentes aos novos desafios e perspectivas que envolvem a dinâmica da sociedade e do rural contemporâneo.

A pesquisa de campo torna-se uma importante ferramenta para o confronto de informações referentes ao que está previsto pelas ações do Estado e à efetividade na vida dos agricultores assistidos. Com isso, a aplicação de questionários junto às unidades familiares, registros fotográficos e a realização de entrevistas podem ser considerados como fundamentais dentro do que está previsto para a análise do tema

proposto neste trabalho. Além disso, a ATER foi investigada no Território do Sertão Ocidental a partir de entrevistas nos órgãos e empresas responsáveis pela efetivação da ação no território (obedecendo um roteiro uniforme de entrevista), tais como: dois secretários municipais de agricultura, uma empresa de ATER privada e uma entrevista com representante da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), principal agente de ATER pública no Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Destaca-se, também, a realização de entrevista com o presidente de uma das associações presentes no território em questão, a Associação do

Produtores Orgânico do Agreste (ASPOAGRE). Buscou-se, a partir disso, compreender algumas perspectivas e desafios para os agricultores familiares que buscam organizar-se em associações e inserir seus produtos nos mercados.

Além da fundamentação teórica e da coleta de dados primários, ressalta-se a relevância da coleta de dados secundários nas seguintes fontes: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os Censos Agropecuários (1985, 1995/96 e 2006) e o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil — o que possibilitou o levantamento e a sistematização de dados socioeconômicos no Território do Sertão Ocidental de Sergipe.

Foi realizada, aleatoriamente, a aplicação de 60 questionários semiestruturados nas unidades familiares do Território Sertão Ocidental de Sergipe, buscando-se levantar questões relacionadas ao perfil socioeconômico das famílias e características produtivas das unidades familiares que recebem, ou não, ATER. Para isso, a escolha de três municípios — Tobias Barreto/SE, Lagarto/SE e Ribeirópolis/SE — resume as características socioeconômicas do território em questão, o qual é composto por 19 municípios. Assim, buscou-se levantar questões referentes às ações e aos

avanços conseguidos por meio da ATER e analisar os dados com as informações prestadas pelos agricultores familiares e o corpo administrativo dos órgãos visitados nas pesquisas de campo, com o objetivo de estabelecer uma discussão dialética referente aos avanços e às controvérsias das políticas públicas.

Para a leitura dos dados coletados em campo, foram separadas as unidades familiares que recebem ATER (25%) e as que não recebem ATER (75%) — como a escolha dos entrevistados foi aleatória e o universo absoluto que não recebe ATER é maior, ocorreu discrepância quando ambos foram separados. A partir disso, buscou-se relacionar a importância e a relação da presença de ATER com o desenvolvimento e a inserção produtiva nas unidades familiares. Considerou-se, para tanto, aspectos sociais e econômicos para destacar o papel da ATER na reprodução das unidades familiares analisadas e perceber as perspectivas e os desafios do desenvolvimento no Território do Sertão Ocidental de Sergipe.

A partir disso, espera-se fundamentar o debate em questão por meio da análise do que foi coletado, com a construção da redação e a partir do estudo dos dados e da confecção de gráficos, tabelas e mapas, os

quais servirão como exemplos na análise

do que está sendo estudado.

3. A CONEXÃO DA ATER COM AS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Atualmente, é possível verificar que os baixos índices de escolaridade dos agricultores familiares acabam tendo reflexo nos salários recebidos em suas atividades remuneradas e na sua capacidade de organizar os ganhos da unidade familiar (Cardoso, 2013). Conseqüentemente, segundo Mendes e Nascimento (2017), esses agricultores tendem a enfrentar privações substanciais para a reprodução das unidades familiares, ou seja, além de barreiras econômicas, como irracionalidade na lógica dos mercados, o analfabetismo e a pobreza rural também atuam como fatores determinantes para a marginalização da população pobre no desenvolvimento rural. Por isso, Mendes e Nascimento (2017) destacam a importância do Estado na preparação dos jovens agricultores frente aos novos desafios da agricultura familiar contemporânea, já que será essa fração da população a responsável pela modificação socioeconômica de áreas pobres, considerando-se o processo de envelhecimento da população rural e a escassez de oportunidades para a juventude rural.

A elaboração de políticas públicas que consigam atender às demandas para os jovens agricultores, fazendo com que os mesmos possam continuar residindo no meio rural ou até mesmo retornem a ele, trazendo novas experiências para a dinamização econômica e social da unidade familiar, constitui-se como um dos elementos fundamentais para o direcionamento dos recursos destinados ao fortalecimento da agricultura familiar. Torna-se importante, então, discutir de forma profissional e racional a aplicabilidade dos investimentos e estratégias para assegurar as necessidades e os desejos dos jovens agricultores.

Grisa e Schneider (2015) destacam o PRONAF como a principal política agrícola para a agricultura familiar do Brasil no século XX, com estudos que comprovam melhores resultados no tocante às regiões Sul e Sudeste do Brasil devido ao poder de articulação com os mercados, com a cultura e as condições de vida dos agricultores, o que pode ser considerado como determinante para o maior sucesso em relação às demais regiões — principalmente, ao Nordeste. Grisa e

Schneider (2015) também ressaltam a política de reforma agrária, com foco no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, e a política de criação de assentamentos de reforma agrária, que se fortaleceu de 1995 a 1997, atingindo o número de 92.984 mil famílias assentadas nesse último ano e alcançando o número máximo de 104.197 famílias assentadas em 2005. Após esse período, os números decresceram novamente e o enfoque central passou ser a qualificação dos assentamentos já constituídos, melhorando as condições de infraestrutura e de produção, enquanto a criação de novos assentamentos, segundo Grisa e Schneider (2015), foi posta em um segundo plano, realizada fundamentalmente com a incorporação de terras públicas nas regiões Norte e Nordeste.

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no ano de 1995, assim como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no ano de 1999, podem ser consideradas como as principais estratégias do Estado brasileiro para a inserção social do meio rural. Com isso, a partir de Cardoso (2013), é possível afirmar que os anos 2000 inauguram um importante instrumento de fortalecimento da agricultura familiar, pautado na linha de

crédito e na produção. No entanto, Resende e Mafra (2016), apesar de demonstrarem os avanços conseguidos a partir das políticas públicas, destacam os desafios para a sua efetivação no Brasil, resultado da diversidade e das características das diferentes tipologias de agricultores familiares e do fato de essas políticas estarem associadas apenas ao crescimento da renda, o que acabou deixando em segundo plano o desenvolvimento social.

Grisa e Schneider (2015) destacam três gerações de políticas públicas. A primeira geração é caracterizada pelo foco na construção da identidade setorial agrícola e agrária, destacando-se o PRONAF, o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF), a ATER e os assentamentos de reforma agrária. A segunda geração tem como foco a formação do social e estratégias assistencialistas para o meio rural, a partir do PRONAF infraestrutura, Garantia-Safra, Programa de Habitação Rural (PNHR) e Bolsa Família. A terceira geração, finalmente, baseia-se na busca de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, tendo como referências o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE), a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), o Programa Nacional do Primeiro Emprego (PNPE), agroindústrias, selos e certificados. No estudo de Favareto (2006), observa-se, ainda, o incremento de novos grupos sociais na construção do referencial para a discussão das estratégias de intervenção do Estado para o fortalecimento do setor agrícola e agrário, tais como representantes sindicais e movimentos sociais da agricultura familiar, políticos e gestores públicos, estudiosos do mundo rural, representantes do mundo rural e organizações da sociedade civil, com pautas referentes a cada contexto de políticas públicas.

Dentro das transformações e do cenário de inovação presente no novo rural brasileiro, a ATER pode ser considerada como uma das principais ações que podem contemplar estratégias para a superação de desafios como a pobreza rural e a inserção produtiva, já que o principal objetivo dos serviços de ATER consiste em tentar melhorar a renda e as condições de vida das famílias rurais por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda de forma sustentável. Sendo assim, Peixoto (2014) afirma que a assistência técnica é um trabalho de

orientação aos agricultores de maneira mais pontual, visando, principalmente, à resolução de problemas relacionados com a produção. Já a extensão rural é um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Por isso, é possível afirmar que os serviços de ATER são de grande relevância, principalmente, para os agricultores mais pobres.

Segundo Alves et al. (2016), o foco da ATER consiste em combater a mortalidade infantil, desenvolver a educação e a habitação rural, investindo em energia e infraestrutura, assim como na saúde, por meio das obras de saneamento básico, além de promover a segurança alimentar e o apoio a programas como o PNAE e o PAA. Dessa forma, essas ações têm como principal objetivo combater a pobreza rural. Nessa perspectiva, para Alves e Souza (2014), a ATER também busca fortalecer a cidadania, a partir da documentação, assim como promover a inovação tecnológica, por meio do crédito rural orientado, e a reforma agrária, a partir do crédito fundiário.

Dentre os principais objetivos da ATER, e com base em Mendes (2014), é importante ressaltar o papel da inovação tecnológica e a difusão do conhecimento para a inserção dos agricultores familiares não consolidados no sistema produtivo. No Nordeste, especificamente, a concentração de pessoas envolvidas em atividades mal remuneradas e a alta parcela da população com baixo nível de instrução acaba dificultando não apenas a vida dos agricultores familiares, mas a permanência do jovem, que se depara com um ambiente com poucas opções e acaba sendo obrigado a sair do meio rural em busca de oportunidade. Para Alves et al. (2016), a ATER poderá auxiliar os produtores a escolherem o melhor sistema de produção em termos de rentabilidade econômica e, também, a troca de informações e o fornecimento de atividades inovadoras para a melhoria das atividades rurais.

Cabe ao Estado amparar e assegurar a inserção desses agricultores não capitalizados, aliando a ATER com outras políticas públicas que busquem inserção econômica e social. Com base em Garcia (2014), vale ressaltar a importância de manter a população em pequenos municípios e fortalecer o emprego no campo e, também, a moradia no meio rural, articulando essas estratégias com

melhorias nas condições vida tanto urbanas quanto rurais, com estradas vicinais, educação, saúde, eletricidade rural, televisão, telefonia e segurança pública.

Pode-se afirmar, com base em Peixoto (2014), que os serviços de assistência técnica e extensão rural passam a figurar no mundo rural a partir dos países centrais (Europa e Estado Unidos), sendo caracterizada pela troca de informação entre produtores rurais e os serviços técnicos (públicos ou privados), com o objetivo de difundir as tecnologias e criar estratégias de mudanças econômicas. Para Peixoto (2014), o processo de transferência de troca de informações entre produtores rurais caracterizou-se, tradicionalmente, pelo fornecimento de conhecimentos cooperativos a partir das famílias e/ou dos grupos sociais produtores.

Alves et al. (2016) afirmam que foi com o objetivo de barrar o comunismo no campo que, após a Segunda Guerra Mundial, a influência dos Estados Unidos e dos europeus passou a focalizar o desenvolvimento tecnológico da agricultura, concentrando recursos na agricultura familiar. Nesse contexto, em 1948, foi criada, no Brasil, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), a qual tinha como principal objetivo desenvolver um programa de crédito

educativo destinado à pequena agricultura e às famílias de agricultores. A ACAR contou, segundo Alves et. al. (2016), com o financiamento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), do Banco Mundial, do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e da Alemanha, da França e do Japão em projetos específicos. Portanto, pode-se entender o modelo ACAR como o primeiro passo para a disseminação da ATER no território brasileiro. Alves et. al. (2016) resumem os caminhos da assistência técnica e extensão rural no Brasil, citando os ajustes que ocorreram desde meados do século XX e o arranjo construído para a sua expansão.

Sobre o papel das agências de ATER, Alves e Souza (2014) ressaltam que confundir a difusão da tecnologia com a extensão rural é erro de diagnóstico lamentável, o qual pode determinar o fracasso das agências nos seus propósitos. As condições desfavoráveis do entorno do estabelecimento em relação à pequena produção inviabilizam a adoção da tecnologia, que pode fazer a produção crescer por hectare, fato que pode ser considerado fundamental para quem tem pouca terra e para o sucesso da agência.

Para Alves e Souza (2014), nos municípios caracterizados por déficits socioeconômicos, a extensão rural deve estar preparada para ajudar as comunidades e prefeituras na busca por estratégias e soluções dos problemas que as envolvem.

Ao longo da sua efetivação, a ATER afastou-se do “modelo linear” de transferência de tecnologia e da abordagem “de cima para baixo”, caracterizados pelo fluxo de informações direcionadas aos produtores rurais geradas e determinadas pelos técnicos e pesquisadores. Com isso, buscou-se métodos da extensão que enfatizavam fluxos de informação de baixo para cima, por princípios de educação de adultos e por participação das partes interessadas. O trabalho crescente das políticas de extensão rural com as organizações dos produtores rurais e com o uso de métodos grupais foi outra mudança importante associada a esse novo momento de realocação do modelo de abordagem e difusão da ATER. A partir de então, os produtores rurais deveriam ter mais controle sobre a informação de que efetivamente precisam e/ou desejam e também sobre como a informação lhes é fornecida. Segundo Peixoto (2014), foi na década de 1980 que ganharam ênfase as abordagens participativas e a preocupação com a produtividade das mulheres, assim

como a preservação dos ecossistemas, junto a estratégias de recuperação de custos e de privatização.

Durante o período de transformação das áreas rurais, o papel do Estado também sofreu transformações e, atualmente, Buainain et al. (2014) consideram que esgotou-se um conjunto de “primeiras tarefas” de transformações rurais induzidas pelo Estado, combinando crédito rural, pesquisa agrícola e serviços de ATER estatais. Nessa fase, diversos agentes privados passaram a se dedicar à produção de pesquisa e a difundir inovações, além de disputar o bolo da riqueza. Nesse contexto, o Estado foi afastando-se dos serviços de ATER, o que foi comprovado pelos gastos públicos na agricultura. Assim, para Buainain et al. (2014), a nova fase de desenvolvimento rural tem os agentes de ATER privados como os principais atores do desenvolvimento. “A tese sustenta que o papel do Estado mudou (ou deveria mudar), seja porque sua ação já não é tão necessária, seja porque os desafios atuais são muito mais complexos e transcendem as possibilidades do Estado” (BUAINAIN et al., 2014, p. 1175).

Mas como ficam os agricultores descapitalizados dentro desse contexto citado por Buainain et al. (2014)? É possível levantar duas hipóteses: a primeira

refere-se à falta de recursos para recorrer a uma assistência técnica privada; a segunda consiste nas prioridades do estabelecimento pobres, sendo que a possível ausência da ATER pública influenciará na adoção de novas estratégias dentro dos estabelecimentos marginalizados — embora tenham desejo de “inovar”, as incertezas das atividades rurais não permitem que esses atores busquem caminhos sem o auxílio do Estado.

A “fuga do Estado” pressionada, principalmente, pelas elites agrárias e influentes nas políticas para o rural têm caracterizado, para Buainain et al. (2014), um desenvolvimento rural “biforme”, pois os avanços econômicos e tecnológicos da agricultura exportadora têm concentrado a produção cada vez mais nas últimas décadas. De outro lado, o aprofundamento das desigualdades sociais acabou promovendo intensa seletividade entre os produtores rurais. Nesse contexto, exige-se cada vez mais do agricultor familiar contemporâneo, de modo que “em nenhum outro momento da história agrária os estabelecimentos rurais de menor porte econômico estiveram tão próximos da fronteira da marginalização” (BUAINAIN et al., 2014, p. 1172).

Mesmo diante da “fuga do Estado” citada por Buainain et al. (2014), o presente trabalho afirma que o Estado deveria desempenhar papel coordenador e indutor de processos consistentes com os objetivos do desenvolvimento rural. Com isso, os agricultores capitalizados não dependem (tanto) do Estado no tocante ao financiamento, e o mesmo acontece na busca por insumos tecnológicos, assistência técnica, comercialização e gestão de risco, haja vista que recorrem às agências privadas para tal. No entanto, entende-se, aqui, que a ATER fornecida pelo Estado pode ser considerada como uma inovação para os agricultores não consolidados e precisa ser articulada com outras políticas públicas para que ocorram melhorias nas condições de vida desses agricultores; caso contrário, a adoção de tecnologia e o fornecimento de crédito poderão criar um novo problema para as famílias rurais pobres, tendo em vista a necessidade de que se busque gerir os recursos dentro da unidade familiar e, também, de melhorar os índices sociais.

Diante dessas transformações Grisa e Schneider (2015) afirmam que o contexto de transição democrática parece ter avançado, mas sugerem novos desafios referentes à relação institucionalizada com o Estado, à gestão das políticas públicas e à

governança das organizações da sociedade civil.

A coletânea reunida em Buainain et al. (2014), dentre as diversas contribuições, também demonstra o papel que a inovação tecnológica desempenha/ou na consolidação do setor agrícola brasileiro e que, conseqüentemente, tem influenciado o mercado produtivo e de trabalho agrário. Diante desse panorama, é visível que o foco das políticas públicas para o meio rural atravessa uma fase de alteração nos seus objetivos, deixando em segundo plano o subsídio e o crédito e passando a buscar o fortalecimento social e a estruturação técnica do setor produtivo. Contudo, a presença institucional na comercialização tem sido de suma importância para os agricultores não consolidados; assim, com base em Grisa e Schneider (2015), destaca-se o PAA e o PNAE como ações capazes de alocar esse grupo de agricultores no sistema produtivo, sendo que esses mecanismos garantem mercado para a agricultura familiar em setores de demanda contínua, sejam eles órgãos federais, dos estados ou dos municípios.

Para Favareto (2006), a nova visão de desenvolvimento rural corrobora para a interação dos agentes sociais em esferas políticas e econômicas, buscando harmonizar os atores do Estado e os

representantes da sociedade civil. Nessa perspectiva, a inovação nos espaços formados por agricultores não consolidados seria a participação social e a descentralização administrativa dentro da perspectiva do desenvolvimento territorial. Nesse contexto, Leite (2010) ressalta que o

grande desafio da agenda de ações para o rural brasileiro constitui-se em articular políticas públicas, agricultura familiar e os diversos segmentos sociais, criando estratégias de governança e gestão participativa.

4. INSERÇÃO PRODUTIVA E ATER NO TERRITÓRIO DO SERTÃO OCIDENTAL DE SERGIPE

O Território do Sertão Ocidental de Sergipe é composto por 19 municípios, tem área total de 6.683,80 km² e população total de 455.467 habitantes (2010), sendo que a população rural corresponde a 193.070 (42,39%). Possuía, em 2006, 38.698 estabelecimentos ligados à agricultura familiar. Dentre o universo dos agricultores familiares, 27.143 possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), além de 93 técnicos de ATER distribuídos nos 19 municípios do território.

A partir da sistematização dos dados coletados em campo, verifica-se a existência de agências de ATER privadas no território, como é o caso da RDS Agro (sigla referente à empresa de ATER privada), que atende cerca de 90 agricultores e busca prestar serviços tanto a agricultores familiares quanto a médios empresários rurais do setor agrícola,

cobrando, em média, 2% do valor do projeto. Embora a empresa de ATER privada referida busque apoiar a comercialização e a inserção de tecnologias no campo, fornecendo serviços ligados a consultoria, assessoria, elaboração de projetos avaliação da propriedade e georreferenciamento, percebe-se que o principal público atendido corresponde a agricultores familiares com maior poder aquisitivo.

Ainda é possível afirmar que os agricultores familiares que buscam as agências privadas de ATER podem ser considerados como mais “consolidados” em relação aos dependentes dos serviços públicos. Vale ressaltar que a empresa de ATER privada busca trabalhar em parceria com as secretarias de agriculturas do território, as instituições financeiras oficiais e a EMDAGRO (principal responsável pela ATER pública no

Território do Sertão Ocidental). No entanto, segundo a empresa, o principal desafio para o desenvolvimento da ATER é a falta de informação correta referente ao estabelecimento rural, pois os agricultores omitem muitas informações sobre as questões econômicas.

O Quadro 1 traz uma síntese das informações referentes a como os agricultores classificam a ATER prestada pela EMDAGRO e à relação com esses técnicos de empresa. Embora 100% dos agricultores entrevistados a partir de trabalho de campo classifiquem a relação com os técnicos como “boa”, existe uma pequena parcela que dá a entender a

existência de dificuldade no diálogo e na assimilação das orientações. Ainda existe uma parcela de agricultores que afirma desejar receber orientação, principalmente para a produção do maracujá, mas ainda não se inseriram no grupo de recebedores de ATER devido à dificuldade de dialogar com os técnicos de ATER pública e, também, por não terem capacidades econômicas para contratar serviços privados. Por fim, verifica-se que 53,9% dos agricultores que recebem ATER pública iniciaram a relação entre 10 e 20 anos atrás, o que se pode relacionar à importância da difusão da política nacional de ATER.

Quadro 1. Caracterização do serviço de ATER pública no Território do Sertão Ocidental de Sergipe

Serviços/empresa citada	EMDAGRO		
	Entre 1 e 10 anos	Mais de 10 e menos de 20 anos	Mais de 20 anos
Quando começou o serviço	15,4%	53,9%	30,7%
Relação com os técnicos	BOA	RAZOÁVEL	RUIM
	100%	0%	0%

Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2017. Organização: João Ernandes, janeiro de 2018.

Observa-se que a principal agência citada pelos recebedores de ATER é a EMDAGRO — 100% dos agricultores entrevistados e recebedores de ATER são atendidos por essa empresa. Em entrevista realizada com um dos diretores da EMDAGRO no Território do Sertão

Ocidental de Sergipe, verifica-se que o órgão tem como foco atender os agricultores familiares, busca o desenvolvimento rural e atender a todas as atividades agrícolas. No entanto, existe dificuldade em atender a maioria dos agricultores familiares, pois o quadro de

técnicos encontra-se insuficiente para dar conta da demanda nas unidades familiares.

Um exemplo da dificuldade em atender os agricultores familiares é o fato de que cada técnico é responsável por, em média, 200 agricultores familiares (segundo um dos chefes da EMDAGRO). A Tabela 1, reflete um pouco da importância da ATER pública para os agricultores no que se refere à orientação ao crédito e à regularização das unidades

produtivas, sendo que 73,7% dos estabelecimentos visitados possuem DAP e buscam ou buscaram algum tipo de financiamento. Por isso, mesmo diante da dificuldade em atender um maior público, a ATER pública desempenha um papel fundamental na orientação da produção e da busca por mercados e do acesso racional e simplificado ao crédito.

Tabela 1. Relação ATER, posse da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e o acesso ao crédito no Território do Sertão Ocidental de Sergipe

Recebe a ATER		NÃO recebe a ATER	
25%		75%	
Possui a DAP		Possui a DAP	
SIM	NÃO	SIM	NÃO
73,7%	26,3%	24,4%	75,6%
Buscou/busca financiamento		Buscou/busca financiamento	
SIM	NÃO	SIM	NÃO
73,7%	26,3%	40%	60%

Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2017. Organização: João Ernandes, janeiro de 2018.

O Gráfico 1 destaca a relação existente entre os agricultores recebedores de ATER e o tipo de crédito acessado dentre o universo de agricultores que recebem ATER. Evidenciou-se a presença da metodologia do Agroamigo⁵ em 60% dos estabelecimentos; em todos os casos, o crédito acessado foi investido na produção da unidade produtiva, principalmente na

irrigação. Desses agricultores familiares, 83% afirmam que esse crédito trouxe algum tipo de benefício para a família e, ainda, 67% dos agricultores buscaram novamente o financiamento. Por sua vez, o Crediamigo⁶ é uma linha de crédito acessada por cerca de 20% dos agricultores que recebem ATER, e 100% afirmam que também investiram na produção agrícola e

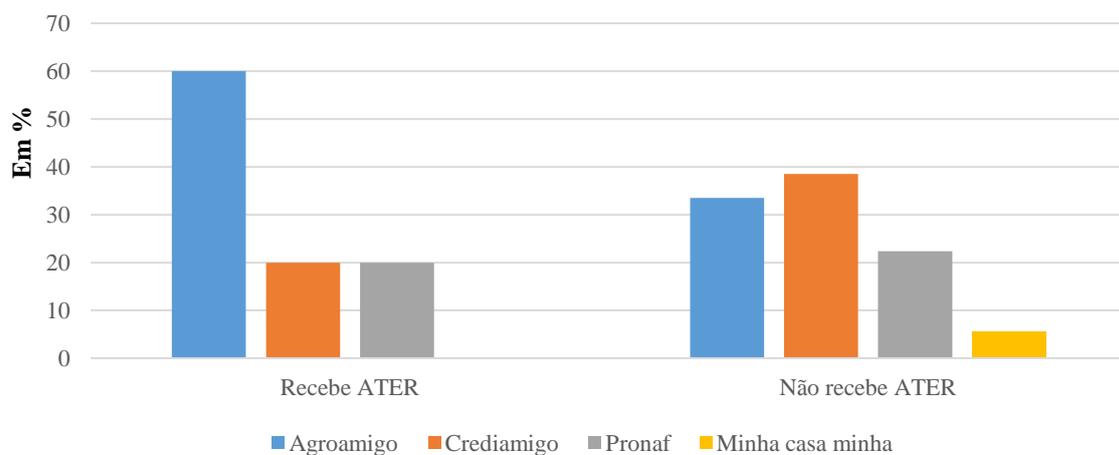
⁵ Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste que tem como objetivo melhorar o perfil social e econômico do(a) agricultor(a) familiar.

⁶ Linha de crédito orientado do Banco do Nordeste do Brasil destinada a empreendedores em grupo solidário.

na pecuária. No entanto, cerca de 50% afirmam que esse crédito trouxe algum benefício para a família e, em todos os casos, os agricultores ainda estão

cumprindo as obrigações, mas afirmam que estão com as responsabilidades financeiras dentro do acordado.

Gráfico 1. Relação entre estabelecimentos que recebem, ou não, ATER e a linha de crédito acessada no Território do Sertão Ocidental de Sergipe



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2017. Organização: João Ernandes, janeiro de 2018.

O PRONAF é uma linha de crédito acessada por 20% dos agricultores recebedores de ATER, e esses agricultores confirmam que investiram o crédito retirado na produção de alimentos e/ou na compra de animais. Eles reconhecem benefícios para a sua família oriundos do acesso ao crédito, e 50% também afirmam que recorreram ao financiamento mais de uma vez.

É relevante ressaltar o comportamento dos agricultores que não recebem ATER, visto que 33,5% dos agricultores buscaram algum tipo de

financiamento, recorreram ao Agroamigo e 100% desse universo afirmaram ter investido na produção de alimentos. Desses, 83% afirmam que o financiamento trouxe algum tipo de benefício para os membros da família. No entanto, apenas 16,7% recorreram ao financiamento mais de uma vez. O Crediamigo acessado pelos agricultores que não recebem ATER é uma linha de crédito buscada por 38,5% dos estabelecimentos e somente 16,7% investiram na produção de alimentos, sendo que essas famílias desenvolvem outros tipos de atividades empreendedoras

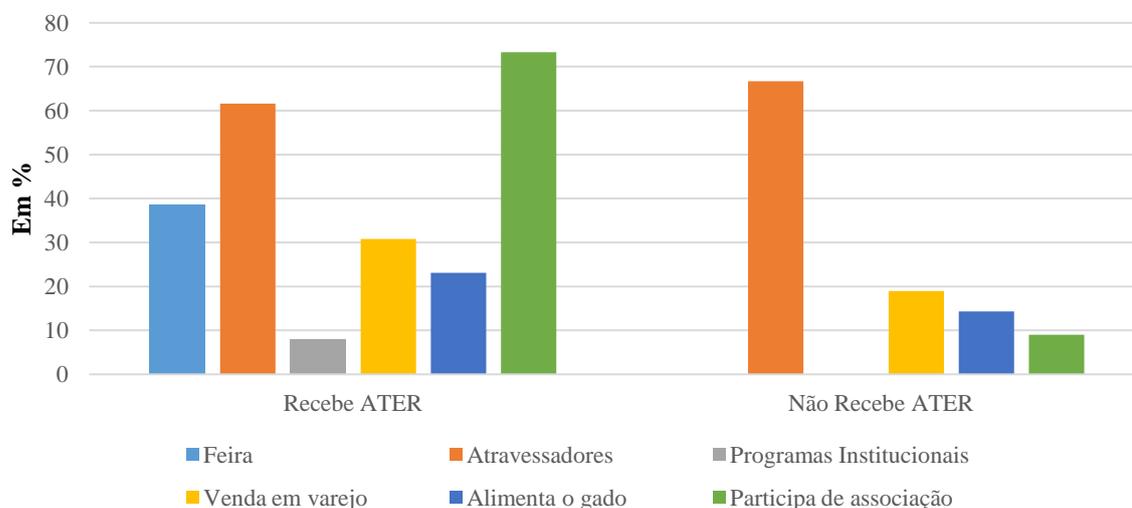
e não agrícolas e recorrem ao financiamento para a compra de mercadorias. Nesse grupo, 57,1% afirmam que o financiamento trouxe benefícios para a família, e 14,3% recorreu ao crédito mais de uma vez. Por fim, destaca-se que o Crediamigo tende a ser acessado por grupos que não recebem ATER, já que esses agricultores tendem a buscar outras atividades, sejam formais ou informais, para sobreviver, e essa linha de crédito tem atendido pequenos empreendedores rurais dependentes de atividades não agrícolas.

O PRONAF é acessado por 22,4% das famílias que não recebem ATER, e todo esse grupo investiu o valor conseguido com o programa na produção de alimentos e reconhece algum tipo de benefício gerado para a sua família; além disso, 25% recorreram a esse crédito mais de uma vez. Por fim, existe uma parcela de 5,6% dos agricultores que acessaram o Minha Casa Minha Vida, e esses afirmam que o acesso ao programa agregou benefícios para a família. Portanto,

percebe-se maior tendência dos agricultores familiares que recebem ATER a buscar algum tipo de financiamento e a buscá-lo mais de uma vez, sendo esse grupo o mais interessado em manter as prestações em dia para manter a possibilidade de um novo crédito. Verifica-se a importância que a orientação no tipo e no destino do crédito acessado pode desempenhar para o desenvolvimento da unidade familiar, sendo possível evitar a inadimplência dos agricultores familiares do Território do Sertão Ocidental.

O Gráfico 2 relaciona a importância da ATER com a participação em associações e o destino da produção nos estabelecimentos analisados, sendo possível observar a tendência existente entre a ATER e o associativismo. Entre os agricultores entrevistados, 73% dos que recebem ATER fazem parte de alguma associação, enquanto apenas 9% dos agricultores que não recebem ATER participam de alguma.

Gráfico 02 - Percentual de participação em associações e principais destinos da produção dos agricultores que recebem ou não ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2017. Organização: João Ernandes, janeiro de 2018.

Outro fator relevante observado diz respeito à comercialização dos produtos agrícolas, pois, mesmo que a figura do atravessador se destaque em ambos os casos, é possível afirmar que os agricultores que recebem ATER têm mais opções de inserção dos seus produtos nos mercados e, conseqüentemente, dependem menos dos preços dos atravessadores. Os agricultores assistidos pela ATER conseguem comercializar seus produtos na feira (30%) e em programas institucionais, como o PAA e o PNAE (8,5%). Por sua vez, os agricultores não assistidos pela ATER não se apresentaram como participantes de programas institucionais e mais dependentes dos compradores intermediários.

Ainda sobre o caso dos atravessadores, os agricultores relatam que esses agentes do processo compram a produção, na maioria dos casos, antes da colheita, e, no caso da mandioca, agregam valor e vendem para fora do estado (Bahia principalmente). Percebe-se a importância da inserção tecnológica para os agricultores que compram a produção dos agricultores que não possuem maquinário para a transformação da produção, embora façam uso da irrigação, fato relevante para a manutenção da produção. Verificou-se que os agricultores que não buscam novas estratégias de produção e comercialização enfrentam maiores dificuldades para inserir seus produtos nos mercados. Um exemplo pode ser destacado a partir do caso da

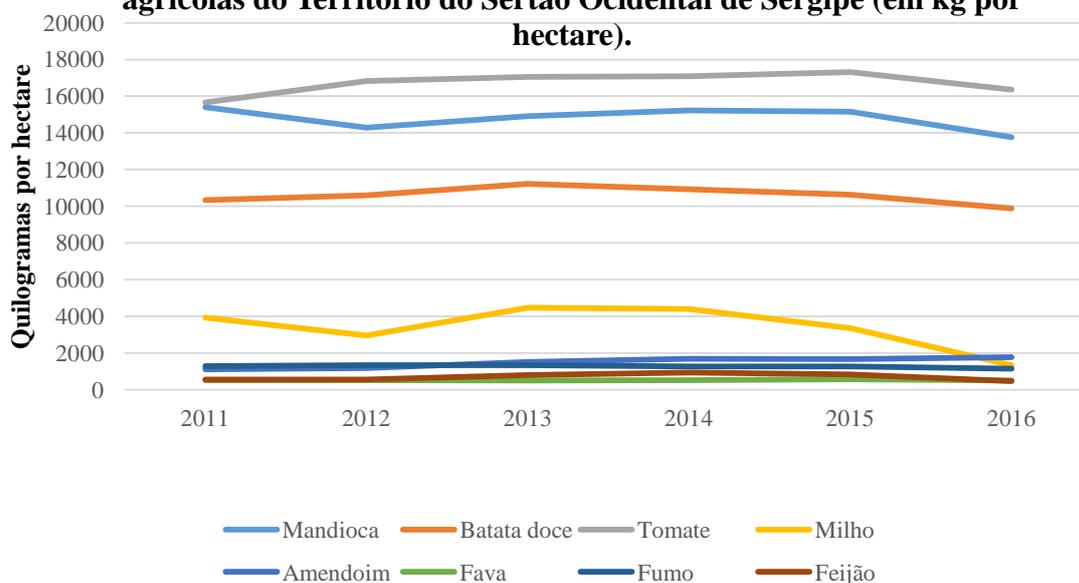
mandioca (principal produto citado pelos agricultores), que é comercializada pelo valor de R\$ 450,00 (t) em média, enquanto os agricultores que possuem tecnologias comercializam a farinha da mandioca por R\$ 550,00 (t) em média.

É possível observar que as unidades familiares que recebem ATER, embora concentrem sua produção na batata-doce e na mandioca, apresentam maior diversificação da produção quando comparadas com as unidades familiares que não recebem ATER e mantêm um maior volume de produção. Conseqüentemente, contratam mais pessoas para trabalhar nas atividades agrícolas. Também destaca-se a produção da pimenta e da mandioca como fontes de renda para essas famílias, as quais conseguem agregar valor à sua produção a partir da inserção de tecnologia, ainda que esteja distante do ideal. Enquanto isso, as unidades familiares produtivas que não recebem ATER concentram a mão de obra sobre a base familiar, com eventual contratação de pessoas ao longo do ano. Agrega-se, também, o grupo que não recebe ATER, o qual concentra sua produção na mandioca, e destaca-se que o feijão, o tomate e o milho são produtos

secundários das atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias de agricultores. Registra-se, além disso, que a acerola e o maracujá surgem como produtos vendidos aos intermediários da produção, os quais possuem maiores capacidades econômicas para agregar valor e/ou transportar as mercadorias para outros mercados.

Com base no Gráfico 3, é possível relacionar os principais produtos citados pelos agricultores familiares e mais um desafio para a efetividade da ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Os produtos com maior produtividade anual em kg por hectare (tomate, mandioca e batata-doce) são os produtos com maior adesão à lavoura dos estabelecimentos rurais do território. Mesmo assim, verifica-se que a produção não ocorre, em muitos casos, voltada para a demanda de mercado, mas, sim, para atender à produtividade e à relação do tamanho da propriedade com a adesão à mão de obra. Nessa perspectiva, surge a importância da ATER pública, que orienta a produção e a comercialização dos produtos, possibilitando que se afirme a importância em variar os produtos de um ano para o outro de acordo com a dinâmica dos mercados.

Gráfico 03 - Produtividade média (anual) dos principais produtos agrícolas do Território do Sertão Ocidental de Sergipe (em kg por hectare).



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.

Organização: João Ernandes, janeiro de 2018.

Em entrevista com o presidente de uma das principais associações dos agricultores familiares do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, a ASPOAGRE, verifica-se que, embora a relação dos associados com os técnicos da EMDAGRO seja considerada boa, destaca-se a falta de articulação entre os governos municipais/estadual/federal e que a única ação do governo estadual efetivada junto à associação, nos últimos 10 anos, foi a doação de um caminhão. Esse representante da ASPOAGRE também ressalta o desejo dos agricultores em produzir orgânicos, mas constata a falta de apoio suficiente da ATER pública para esse tipo de produção; para a associação, a

ATER pública em Sergipe é praticamente inexistente, principalmente, em função do déficit de técnicos, os quais, em sua maioria, encontram-se em final de carreira.

Os principais parceiros desses agricultores familiares são o Instituto Federal de Sergipe (IFS) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS), e são esses que orientam os agricultores na produção orgânica; para a associação, o foco da ATER pública em médio e longo prazo deveria ser o apoio à produção orgânica e o aumento do quadro de técnicos. A entidade afirma que, atualmente, seus mais de 20 sócios não estão recorrendo a programas como o PRONAF, o PAA e o PNAE devido a questões burocráticas e à

dificuldade de diálogo existente entre associados e representantes dos programas.

A pesquisa de campo também buscou discutir questões relacionadas à ATER com algumas secretarias municipais de agricultura do Território do Sertão Ocidental de Sergipe (Ribeirópolis e Itabaiana), sendo consenso entre os secretários a dificuldade de articulação de ideias e estratégias de desenvolvimento rural dentro do território, além da constatação do fato de que, no momento, as discussões encontram-se estancadas. Outro ponto ressaltado refere-se à interferência da questão política nos projetos do governo para esses municípios. Atualmente, não existe nenhum apoio à ATER que esteja sob conhecimento dos secretários além da distribuição de sementes. Do ponto de vista dos secretários de agricultura municipais, a ATER pública no Território do Sertão Ocidental de Sergipe ainda é insuficiente e precária.

Uma das feirinhas organizadas pelos agricultores familiares do Território do Sertão Ocidental de Sergipe (município de Ribeirópolis), embora represente alguma articulação dos agricultores para inserir seus produtos no mercado, também reflete a falta de apoio da ATER pública à comercialização, pois os secretários entrevistados e os agricultores familiares

afirmam que a ATER pública encontra-se estagnada, e a adoção de tecnologias e a inserção nos mercados têm sido alavancadas pelos agricultores de maneira independente — principalmente, os produtores orgânicos.

Mesmo diante de tantos desafios, são consenso, entre os agricultores familiares e os órgãos pesquisados, as melhorias geradas pela ação da ATER pública, que se correlaciona à articulação com outras políticas públicas (mesmo que de maneira muito tímida), pois, nas últimas décadas, o acesso ao crédito, aos insumos e à energia elétrica rural podem ser destacados como os principais avanços da política de ATER. No entanto, o caso do acesso aos mercados ainda é um problema muito sério para a produção agrícola tanto dos agricultores que recebem quanto do grupo que não recebe a ATER no Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Por isso, ressalta-se a importância que a ATER poderá desempenhar no fortalecimento das unidades familiares do Território do Sertão Ocidental de Sergipe, mesmo diante do fato de os serviços estarem aquém do necessário e impossibilitando um projeto articulado capaz de alavancar o desenvolvimento.

Conforme o cenário evidenciado sobre os desafios do desenvolvimento no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, quatro pilares podem ser considerados como determinantes para o desenvolvimento das famílias em questão: políticas públicas, o apoio à produção, à comercialização agrícola, o incentivo à diversificação dos rendimentos e a participação social.

Sen (2010) ressalta que um dos princípios básicos do desenvolvimento como liberdade está atrelado à liberdade substantiva das pessoas em levar a vida que elas têm razão em valorizar, sendo esse o alicerce da “capacitação humana”. Nessa perspectiva, a educação é entendida, aqui, como o principal caminho para a expansão das capacidades humanas e para a busca pela mudança social (deixando o enfoque econômico em segundo plano). Conseqüentemente, Sen (2010) destaca que a expansão das capacidades humanas deve levar em consideração o bem-estar e a liberdade das pessoas, influenciando o processo de mudança social, de modo que, inevitavelmente, ocorrerá a produção econômica.

Em Chayanov (2017), percebe-se que o crédito é um caminho importante para a unidade “camponesa”, a qual poderá buscar melhorias nas mercadorias,

estratégias para a inserção dos produtos no mercado e estruturação da produção; em consequência disso, ocorre o aumento do capital na unidade familiar, ao tempo que o empréstimo e os juros são pagos em decorrência do fortalecimento econômico da unidade familiar. Essa “equação perfeita” torna-se um desafio no caso do Território do Sertão Ocidental diante da dificuldade encontrada pela maioria dos agricultores familiares em acessar os mercados e perceber o momento de alternar a lavoura ou, até mesmo, de ampliar a rede de comercialização. Nessa perspectiva, a ATER pública poderá ser um caminho para os agricultores aptos para a busca por esses novos mercados; caso contrário, o acesso ao crédito de maneira desordenada poderá acarretar mais um problema para as famílias rurais do território em questão. Por isso, torna-se relevante a discussão referente a uma estratégia de crédito capaz de dinamizar a vida das unidades familiares mais pobres.

O coletivismo cooperativo acabou sendo evidenciado como mais um desafio para os agricultores entrevistados no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, pois, no caso dos recebedores de ATER, a participação em associação, embora seja um caminho, acaba sendo algo apenas ligado à formalidade. Além disso, a

maioria das associações do território em questão encontra-se com cadastro desatualizado ou irregular, o que é mais um desafio para a discussão de estratégias coletivas.

Por isso, vale a pena destacar o pensamento de Souza (2012), segundo o qual o desenvolvimento rural ocorre em espaços organizacionais, envolvendo a atuação das organizações e os indivíduos que fazem parte dela. No caso do Território do Sertão Ocidental de Sergipe,

a participação coletiva poderá ser crucial para a organização de ações de desenvolvimento, principalmente, para o apoio da ATER no que se refere à produção orgânica. A produção orgânica de base familiar é uma demanda presente e crescente nos estabelecimentos e associações que produzem nesse modelo e que não contam com ações fundamentais para a inserção desses produtos nos mercados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste estudo concluem que a sociedade percorreu estágios que refletiram em transformações econômicas e socioespaciais. O Estado contemporâneo, embora passe por momentos de crise de poder e autonomia decorrentes do comprometimento dos avanços dos interesses do capital em desfavor do social, também pode ser considerado uma importante ferramenta, capaz de reverter quadros sociais desfavoráveis e criar estratégias de desenvolvimento para os oprimidos pelo sistema econômico vigente.

Diante desse cenário, o rural também integra esse processo, pois foi

reflexo de transformações e reinvenções que buscavam atender às demandas das áreas urbanas e do crescimento econômico. Aliado a isso, o rural deixou de ser sinônimo de atraso e passou a corresponder a inovações técnicas e produtivas, mas, no caso brasileiro, esse poder de inovação passou a ser dominado pelos grandes empresários do meio rural, deixando, em tese, os agricultores descapitalizados à margem do processo.

A partir daí, pode-se destacar a ATER como uma ação capaz de reintegrar os agricultores que foram marginalizados pelo sistema capitalista, sendo uma inovação para o perfil de agricultores

predominantes no Nordeste, que não possuem meios de buscar novas estratégias para a produção e acabam dedicando-se a cultivar, basicamente, as mesmas lavouras para atender a um mercado restrito.

Por isso, destaca-se a importância de fortalecer o Estado social, em vez de desmantelá-lo, porque a ATER pública, aliada às políticas de crédito e de perfil social (saúde, educação e saneamento básico, energia elétrica e água), é capaz de promover o desenvolvimento das áreas rurais, transformando os agricultores marginalizados em figuras capazes de se inserir no processo produtivo e criar estratégias para a melhoria das condições de vida da família.

O desenvolvimento também está associado à capacidade de articulação entre os agricultores e à mobilização da sociedade civil; para tanto, é preciso que as famílias rurais busquem participar ativamente dos espaços de diálogos com as entidades que representam o Estado; caso contrário, as decisões que buscam o desenvolvimento territorial não serão capazes de atender às demandas sociais das áreas rurais. A partir disso, percebe-se a importância da evolução na abordagem do rural ao territorial, compreendendo a multifuncionalidade e a multisetorialidade desse espaço.

O desmantelamento das ações do Estado também é refletido na política da ATER pública, pois, no Território do Sertão Ocidental de Sergipe, percebe-se a dificuldade em maximizar o poder de assistência aos agricultores que desejam participar dessa ação diante de um quadro deficitário de servidores públicos e envelhecidos, na medida em que o país atravessa um momento de estagnação das políticas sociais e, conseqüentemente, as estratégias de desenvolvimento são, cada vez mais, deixadas em segundo plano na agenda do Estado.

Mesmo diante de tantos desafios, é possível verificar que os agricultores que são assistidos pela ATER conseguem apresentar melhores condições de vida e maior poder de ampliação de renda e capacidade de inovação, pois estão mais atentos aos mercados e buscam apoio ou estratégias que possam auxiliar na produção e na comercialização dos seus produtos. Também é importante que as políticas públicas reconheçam a importância do apoio à diversificação do trabalho, haja vista que as famílias que diversificam as fontes de renda apresentam melhores condições de vida e maior interação com as áreas urbanas. Esse é um fator importante para a permanência no meio rural e para a adoção de novas

estratégias de sobrevivência que, antes, pertenciam apenas ao urbano, de modo que

essas famílias busquem novas atividades sem abdicar das agrícolas.

1. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte**. 1º Fórum Internacional território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Relatório Final. Fortaleza, novembro 2003.
- ALVES, E.; SOUZA, G. Desafios da Agência de Extensão Rural. In: **O mundo rural no século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. BUAINAIN, A.et AL (Org.). Brasília-DF: EMBRAPA, 2014.
- ALVES, E.; SANTANA, C.; CONTINI, E. Extensão Rural: Seu problema não é a comunicação. In: **Agricultura, transformações e sustentabilidade** RIBEIRO Fº, J. ET AL (Org.). Brasília: Ipea, 2016.
- BUAINAIN, A. M; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. In: **O mundo rural no século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. BUAINAIN, A.et AL (Org.). Brasília-DF: EMBRAPA, 2014.
- CARDOSO, J. **Agricultura familiar, pluriatividade e políticas públicas na região Nordeste e Sul do Brasil, nos anos 1990 e 2000: trajetórias de desafios**. (Tese) Programa de Pós-Graduação em Economia. Uberlândia-MG: UFU/MG, 2013.
- CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial**. São Paulo/ SP: USP (2006). (Tese de doutorado).
- GARCIA, J. Trabalho Rural: Tendências em face das transformações em curso. In: **O mundo rural no século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola**. BUAINAIN, A.et AL (Org.). Brasília-DF: EMBRAPA, 2014.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Vol.52 - Brasília: SOBER, 2015.
- LEITE, S.; KATO, K..Desafios dos processos de Gestão Social e proposições de Política. In: **Gestão social dos territórios** . BACELAR, T. et AL (org.). Brasília: IICA, 2009. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável:v.10), 227 p.
- MENDES, M. **Os (des) caminhos geográficos e a pluriatividade na agricultura familiar: aspectos teóricos e cotidianidade da agricultura familiar no Nordeste**. 1. ed. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2014.
- MENDES, M. Agricultura familiar e novas ruralidades em questão: uma análise teórica. In: **O fazer geográfico: teoria e prática**. CARVALHO, M.; SANTOS, A. (Org.) . São Cristóvão: Editora UFS, 2013.
- MENDES, M.; NASCIMENTO, J. Agricultura familiar e juventude rural no Agreste de Itabaiana/SE. **CAMPO-TERRITÓRIO**. V. 12, n. 26, p. 209-237, abr., 2017/ISSN 1809-6271.

PEIXOTO, M. Mudanças e desafios da extensão rural no Brasil e no mundo. In: **O mundo rural no século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola.**

BUAINAIN, A.et AL (Org.). Brasília-DF: EMBRAPA, 2014.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RAMOS Fº, E. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS) Território Sertão Ocidental.** TSO, maio de 2017.

RESENDE, C.; MAFRA, R. Desenvolvimento Rural e Reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o PRONAF. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Vol.54 N.2 - Brasília: SOBER, ABRIL/JUNHO2016.

SCHNEIDER, S. **Políticas públicas pluriatividade e desenvolvimento rural**

no Brasil. Ponencia presentada GT 21 – Políticas publicas y desarrollo rural, en el VII Congreso De La Asociación Latino Americana de Sociología Rural/ALASRU-20-24 de Noviembre del 2006 - Quito, Equador.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. In: **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural.** CHARÃO, F.; CONTERATO, M; SCHNEIDER, S (Org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia de letras, 2010. 461 p. 4ª reimpressão.

SOUZA, R. **A condição organizacional: o sentido das organizações no desenvolvimento rural.** Santa Maria/RS: Ed. da UFSM, 2012. 280p.